

RECURSO ESPECIAL Nº 1.848.684 - SP (2019/0341716-6)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
RECORRENTE : **SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS**
ADVOGADOS : **LOYANNA DE ANDRADE MIRANDA - MG111202**
 SAMIRA REBECA FERRARI - SP279477
RECORRIDO : **BENEDITO APARECIDO ALVES**
RECORRIDO : **CLAUDECIR COSTA ALVES**
RECORRIDO : **CLAUDEMAR DA COSTA ALVES**
RECORRIDO : **CLAUDEMIR DA COSTA ALVES**
RECORRIDO : **CLEONICE APARECIDA ALVES JARDIM**
RECORRIDO : **MARIA APARECIDA DA COSTA ALVES**
RECORRIDO : **ROQUE ALVES**
ADVOGADO : **LARISSA APARECIDA DE SOUSA PACHECO - SP355732**

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS, no qual se discute, dentre outras matérias, a competência para julgamento de processos relativos a contrato de seguro habitacional vinculado ao Sistema Financeiro de Habitação e coberto pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS, bem como acerca do interesse jurídico da Caixa Econômica Federal – CEF na lide.

Em 05/10/2018, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, por maioria de votos, nos autos do RE 827.996/PR, reconheceu a existência de repercussão geral da matéria relativa a possível interesse jurídico da CEF nas ações que envolvem seguros de mútuo habitacional no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação.

Ressalte-se que o reconhecimento da repercussão geral sobre o tema influencia diretamente na discussão acerca da competência para processar e julgar os feitos desta natureza, tornando por ora inócua a apreciação, por esta Corte Superior, dos recursos que versam sobre a controvérsia.

Isso porque a definição acerca do interesse jurídico da CEF nas lides desta natureza e, via de consequência, da competência para o julgamento e processamento dos respectivos processos poderá implicar na nulidade de todos os

Superior Tribunal de Justiça

atos processuais praticados pela Justiça Estadual ou Justiça Federal.

Destarte, por medida de economia processual, e também para evitar decisões dissonantes entre a Corte Suprema e este STJ, impõe-se a devolução dos autos – cuja questão é objeto de debate – à Corte local, para que lá aguardem o desfecho do recurso extraordinário cuja repercussão geral foi reconhecida.

Forte nessas razões, DETERMINO A DEVOLUÇÃO DOS AUTOS ao Tribunal de origem, com a devida baixa nesta Corte, para que lá permaneçam suspensos até a publicação do acórdão a ser proferido no RE 827.996/PR, observando-se o disposto nos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora